

*O Estado de São Paulo,  
Segunda-feira, 12.3.2007*

## **Antiamericanismos**

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

Não é sem ironia que, ao tratar de antiamericanismo, os usos lingüísticos se mostrem complacentes quanto à apropriação anglo-saxônica de América para designar os Estados Unidos. Ainda é possível usar 'norte-americano' para designar algo que seja estadunidense, embora com algum risco de ser considerado antipático a Washington. Mas, decididamente, deve ser reconhecido que a expressão antinorte-americanismo, que andei perpetrando, em nome da coerência, em artigos anteriores, é de digestão difícil.

Desde que o monolitismo da política externa brasileira mostrou, nos últimos meses, rachaduras significativas, houve algum reexame do que vem a ser antiamericanismo e em que medida sentimentos antiamericanos podem ser atribuídos a segmentos da coalizão política que sustenta o atual governo, inclusive no seu núcleo (cada vez menos) duro. A visita-relâmpago do presidente Bush ao Brasil avivou o interesse no tema. Há aí certa confusão que merece análise, inclusive porque torna difícil o diagnóstico sobre em que medida o antiamericanismo seria responsável pela adoção de determinadas políticas pelo governo Lula. É essencial que se decomponha o que se chama de antiamericanismo em duas partes. Uma que, com sorte, poderá revelar-se conjuntural. Outra que é de natureza estrutural e está arraigada especialmente à esquerda do espectro político, mas também em setores nacionalistas de direita e em segmentos da intelligentsia formadora de opinião.

O unilateralismo que tem caracterizado a política externa dos Estados Unidos, em especial com relação ao Iraque, combinado a exageros na reação aos atentados do World Trade Center, suscitou críticas mundo afora. A discordância em relação às ações do governo norte-americano contribuiu para arruinar o goodwill estabelecido pelos Estados Unidos com base em retrospecto bastante favorável no longo prazo de defesa dos direitos individuais e de absorção de imigrantes. É claro que sempre é possível lembrar do big stick pré-1914, dos episódios cubanos, da Guatemala, entre muitos outros. Mas reputações são construídas não em relação a tipos ideais, mas com base em comparação com outros países. Sob essa ótica fica difícil encontrar no mundo desenvolvido quem possa atirar a primeira pedra... Mas não há dúvida de que o governo de George W. Bush alienou a simpatia pelos Estados Unidos em muitas partes do mundo. Neste quadro, é natural e mesmo desejável que se explicitem divergências em relação à política externa unilateral aos Estados Unidos.

A avaliação de quão provável é a persistência deste declínio da imagem política dos Estados Unidos tem que ver, em parte, com a continuidade do fato gerador e com a possível adoção de políticas futuras pelos Estados Unidos que revelem ótica menos unilateral. As tentações quanto à adoção continuada do unilateralismo são persistentes, dada a assimetria econômica e militar entre os Estados Unidos e os demais protagonistas, pelo menos a médio prazo. Mas há a expectativa razoável de que o movimento político pendular tratará de arrefecer os entusiasmos do eleitorado norte-

americano quanto ao unilateralismo e ao isolacionismo, sob uma futura administração republicana moderada ou mesmo democrata. Outro elemento importante a avaliar é quão rapidamente será possível reverter os danos à imagem dos Estados Unidos, dada uma reorientação significativa de sua política externa. Talvez o período de ajuste possa acabar não sendo muito longo, mas qualquer previsão seria leviana.

O outro antiamericanismo mais coriáceo e visceral, que precede de muito a deterioração da política externa dos Estados Unidos e causa mais dano à formulação de políticas do governo brasileiro, é o explicitado nos plebiscitos da dívida externa e da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e pela exegese dos escritos de corifeus que hoje ocupam posições de alto coturno no governo. Mas o fenômeno é generalizado: amostras representativas podem ser também obtidas na grande imprensa. Recentemente, reputado colunista detectou um 'passo histórico' de Lula ao escolher novo diretor do Brasil no FMI. A escolha mostraria que 'o Brasil se desonerou da função de mascote da diplomacia financeira americana, função que exerceu por quase meio século'. A frase demonstra, além de desinformação sobre os currículos relevantes - de sucessor e sucedido -, completo desconhecimento quanto à ação do Brasil no FMI. Bicalho, Kafka, Portugal e Loyo sistematicamente representaram o Brasil em coalizões que defendiam, embora com menos espalhamento do que muitos gostariam de ver, os interesses das economias menos desenvolvidas. Para citar apenas um exemplo, Alexandre Kafka, notoriamente afinado com a ditadura militar, se opôs eficazmente ao tratamento diferenciado e injustificável que se propunha para a concessão acelerada de stand-by ao Reino Unido, em 1976, sem obedecer aos trâmites regulamentares. É preciso saber separar ouvir dizer e folclore de história.

Difícilmente a reaproximação Brasil-Estados Unidos poderá ser ancorada na simples cooperação em relação ao etanol. Alcool pode ser importante, mas não é panacéia para recolocar nos trilhos as relações Brasil-Estados Unidos. A economia política do protecionismo do milho - matéria-prima para a produção de etanol nos Estados Unidos - afeta o cinturão produtor de forragens e gado, representado por grande número de senadores e congressistas de Iowa, Nebraska, Dakota do Sul, em menor medida, Illinois, Kansas, Minnesota, Indiana, até o Colorado. Diversos dos Estados afetados têm população modesta e são, portanto, super-representados no Senado, onde cada Estado tem dois senadores.

Não é preciso abandonar uma posição de dignidade e - como gosta o presidente - altivez para negociar com os Estados Unidos. Mas ter um pouco de bom senso e compostura, exorcizando preconceitos festivos, ajudaria muito.

**\*Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio**